

Internacional

Samuel Pinheiro Guimarães: A União Europeia e o fim do Mercosul

Samuel Pinheiro Guimarães



postado em: 26/04/2014

Integração regional e acordos de livre comércio

1. A conveniência da participação do Brasil em esquemas de integração regional e da negociação de acordos de "livre comércio" com países altamente desenvolvidos, e altamente competitivos na área industrial, somente pode ser avaliada a partir da situação real da economia mundial e da economia brasileira que se caracteriza hoje por quatro fatos principais:

- a estratégia dos países desenvolvidos de procurar sair da crise através de políticas agressivas de abertura de mercados de terceiros países, de proteção de sua produção doméstica e de manipulação cambial, que desvaloriza suas moedas;
- a política chinesa de expansão de suas exportações de produtos industriais e de abertura de mercados para seus produtos e para seus investimentos, em especial para a produção de commodities (produtos primários);
- a importância do comércio intra-firma que chega a atingir 60% do comércio mundial, o que torna limitada e bastante retórica o conceito de livre comércio;
- a presença avassaladora de megaempresas multinacionais, e de empresas estrangeiras de menor porte, na economia brasileira, não só no setor industrial, mas crescentemente no setor de serviços, tais como educação e saúde.

2. A alternativa estratégica, para os países subdesenvolvidos como o Brasil, a uma política de inserção plena e irrestrita na economia mundial é a participação em esquemas de integração.

3. Esta participação pode ocorrer:

- a. em esquemas em que se encontram países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, como é o caso do NAFTA, North America Free Trade Agreement, que inclui os Estados

Unidos, o Canadá e o México;

b. ou em esquemas em que se encontram somente países subdesenvolvidos, como é o caso do Mercosul, de que participam a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela;

c. ou através de acordos de "livre comércio" bilaterais, como o tratado de livre comércio entre o Chile e os Estados Unidos.

4. No primeiro caso, a economia dos países subdesenvolvidos (e sua política econômica interna e sua política externa) se torna altamente dependente da economia e das políticas praticadas pelo sócio desenvolvido e sobre as quais não tem influência maior por não participar de seu sistema político/administrativo e, portanto, das decisões de política econômica que são adotadas pelo Governo do país desenvolvido.

5. No segundo caso, os países subdesenvolvidos podem formar:

a. uma zona de livre comércio em que os países eliminam os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio intra-zona enquanto mantém suas tarifas aduaneiras nacionais em relação às exportações de empresas situadas em terceiros países extra-zona;

b. uma união aduaneira em que os países eliminam os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio intra-zona e estabelecem uma tarifa aduaneira comum em relação às importações provenientes de empresas situadas em países extra-zona;

c. uma união econômica (e eventualmente monetária) em que os países integrantes da união aduaneira também estabelecem políticas econômicas (cambial, tributária, trabalhista, creditícia etc) comuns.

O Mercosul

6. O Mercosul é uma união aduaneira, denominada de imperfeita, devido à dupla cobrança de impostos de importação, à exclusão de setores, a extensas listas de exceções etc.

7. Desde que o Mercosul foi criado, em 1991, foram os seguintes os seus principais resultados:

a. o comércio entre os países do Mercosul aumentou mais de onze vezes desde 1991 enquanto que o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes;

b. a expansão dos investimentos das empresas privadas nacionais dos países participantes em outras economias do Mercosul;

c. o grande influxo de investimentos diretos provenientes de países altamente desenvolvidos, com excedente de capital, e da China, dirigido aos países do Mercosul;

d. o financiamento de obras de infraestrutura nos países do bloco por entidades financeiras de países do Mercosul;

- e. a criação de um fundo, o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, com contribuições diferenciadas (97 % do Brasil e da Argentina) para, através de recursos não reembolsáveis, permitir a realização de obras de infraestrutura, em especial no Paraguai e no Uruguai, que recebem 80% dos recursos, com o objetivo de reduzir assimetrias entre os países membros do Mercosul e criar melhores condições para o desenvolvimento;
- f. o aumento da mobilidade da mão de obra através da assinatura de acordos de residência e de previdência social;
- g. a coordenação e o intercâmbio de experiências em programas sociais, em especial no campo de combate à pobreza;
- h. a defesa e a consolidação da democracia.

8. Para o Brasil, foram os seguintes os principais resultados da sua participação no Mercosul:

- a. o comércio do Brasil com o Mercosul aumentou dez vezes entre 1991 e 2012 enquanto o comércio do Brasil com o mundo aumentou oito vezes;
- b. oitenta e quatro por cento das exportações do Brasil para os países do Mercosul são produtos manufaturados enquanto apenas 53% de suas exportações para os Estados Unidos, 36% de suas exportações para a União Européia e 4% de suas exportações para a China são produtos manufaturados;
- c. os países do Mercosul, em especial a Argentina, absorveram 21% das exportações totais de manufaturados brasileiros;
- d. o Brasil teve superávits comerciais com todos os países do Mercosul nos últimos dez anos enquanto tem tido déficit, nos últimos anos, com os países altamente desenvolvidos;
- e. em 2013, o saldo comercial do Brasil com o Mercosul foi mais do que o dobro do saldo total brasileiro, compensando os déficits comerciais com os Estados Unidos de 11 bilhões de dólares e com a União Européia, de 3 bilhões de dólares;
- f. as empresas de capital brasileiro realizaram investimentos importantes nos países do Mercosul, que constituem sua área natural de expansão inicial para o exterior;
- g. os empréstimos feitos pelo BNDES para a realização de obras de infraestrutura em países do Mercosul resultam em contratos com empresas brasileiras de engenharia e na exportação de bens e serviços pelo Brasil;
- h. parte importante dos investimentos diretos estrangeiros que se realizam no Brasil tem como objetivo exportar para o conjunto de países que constituem o Mercosul;
- i. a participação do Brasil no Mercosul permitiu contribuir para a consolidação e defesa da democracia na região e, portanto, para a estabilidade em nossa vizinhança imediata.

9. Apesar de todos os seus êxitos, o Mercosul é criticado diariamente pela mídia que logrou construir, em amplos setores da opinião pública, uma imagem negativa do Mercosul como sendo um acordo e uma organização fracassados, que prejudicam os interesses brasileiros, e de uma associação "inconveniente" para o Brasil com países como a Argentina e a Venezuela.

10. Este antagonismo das grandes redes de televisão, dos jornais e das revistas de grande circulação decorre não de um exame dos fatos concretos, mas sim de uma posição ideológica que tem os seguintes fundamentos:

- a. o Brasil deve dar prioridade em suas relações internacionais aos países desenvolvidos por serem eles grandes mercados, grandes fontes de capital e principais geradores de tecnologia;
- b. o Brasil deve se associar aos países altamente desenvolvidos por serem estes democracias estáveis e defensores dos direitos humanos;
- c. o Brasil deve se associar aos países desenvolvidos por razões de identidade cultural e afinidade ideológica.

11. Em contraste, os países subdesenvolvidos, nesse grupo incluídos os Estados da América do Sul, seriam pequenos mercados, sem capacidade de investir e sem dinamismo tecnológico; seriam Estados politicamente instáveis, periodicamente ditatoriais e violadores dos direitos humanos; seriam sociedades cultural e ideologicamente distintas da sociedade brasileira.

12. Assim, no campo econômico, o Brasil não deveria participar de organismos como o Mercosul ou de grupos de países tais como os BRICS e o IBAS (Forum India, Brasil e África do Sul).

13. No campo comercial, os órgãos da grande mídia diariamente argumentam que:

- a. o Brasil deve se associar a esquemas como a Aliança do Pacífico que reuniria economias bem sucedidas e dinâmicas;
- b. o Brasil tem de se integrar, com urgência, nas cadeias produtivas mundiais;
- c. o Brasil está arriscado a ficar "isolado" dos grandes processos de negociação internacional em curso, tais como a TransPacific Partnership e o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Européia;
- d. o Brasil deve assinar acordos de livre comércio com os países altamente desenvolvidos ainda que para tal tenha de abandonar o Mercosul ou tenha de adotar uma estratégia de diferentes velocidades, omitindo que isto acarretaria o abandono, na prática, do Mercosul.

14. A Aliança do Pacífico é constituída por quatro Estados que tem acordos de "livre comércio" com os Estados Unidos, quais sejam o México, a Colômbia, o Peru e o Chile.

15. Cada um desses quatro países assinou acordos de livre comércio com dezenas de outros Estados ou blocos de Estados, tais como a União Européia e a China, uma decorrência quase que necessária de terem negociado acordos com os Estados Unidos.
16. O comércio entre os países da Aliança do Pacífico é de pequena importância, inclusive por não terem esses países uma oferta exportável diversificada, já que não possuem parques industriais significativos (exceto o México, ainda que com características especiais decorrentes da presença das maquiladoras) e por serem competidores entre si no mercado internacional em muitos itens, em especial minérios.
17. Apesar de terem exibido taxas de crescimento relativamente altas nos últimos anos isto não significou desenvolvimento econômico propriamente dito, pois não se diversificaram suas estruturas produtivas e nem melhoraram os seus índices de concentração de renda e de riqueza.
18. Após assinar os acordos de "livre comércio" com os Estados Unidos, as importações do Chile, do Peru e da Colômbia, provenientes dos Estados Unidos, aumentaram muito mais do que suas exportações para os Estados Unidos e essas exportações, ao contrário do que se argumentava para defender a celebração desses acordos, continuaram concentradas nos mesmos produtos tradicionais e não se diversificaram.
19. Ao contrário do que a grande mídia parece ignorar, voluntária ou involuntariamente, o Mercosul (e, portanto, o Brasil) tem acordos de livre comércio com o Chile, o Peru e a Colômbia em consequência dos quais já ocorreu a redução a zero da maior parte das tarifas bilaterais e, em 2019, o comércio entre o Mercosul (e o Brasil) e cada um desses países da Aliança do Pacífico será totalmente livre.
20. Quanto à integração na economia internacional e nas cadeias produtivas mundiais, o fato de o comércio exterior brasileiro ter crescido de 108 bilhões de dólares em 2002 para alcançar 466 bilhões de dólares em 2012 e de o fluxo de investimentos diretos estrangeiros ter crescido de 26 bilhões de dólares em 2002 para alcançar 84 bilhões de dólares em 2012 revela que a economia brasileira está longe de estar isolada ou não integrada na economia mundial.
21. Por outro lado, cerca de 40% do comércio exterior brasileiro, em especial de produtos manufaturados, é um comércio intra-firma o que significa integração do parque industrial instalado no Brasil em cadeias produtivas mundiais das megaempresas multinacionais.
22. No caso dos produtos primários, como a soja e o minério de ferro, o Brasil se encontra integrado em cadeias produtivas ainda que isto ocorra na extremidade de menor valor agregado dos produtos finais dessas cadeias, isto é, o Brasil exporta produtos primários que são processados em países altamente desenvolvidos e o resultado deste processamento muitas vezes são produtos que vem a ser importados pelo Brasil, como é o caso de produtos siderúrgicos importados pelo Brasil da China.
23. A integração do Brasil em cadeias produtivas globais decorre de decisões das megaempresas multinacionais que alocam diferentes etapas ou segmentos dos processos

produtivos de certos produtos em diferentes países devido a diferenças de custo de insumos, inclusive trabalho, de impostos e da existência de vantagens relativas de crédito, de tributação etc., e de localização geográfica, como é o caso do México em relação aos Estados Unidos e dos países da Europa Oriental em relação à Alemanha.

24. Certamente, o Brasil não poderia competir com outros países, em especial asiáticos, em termos de custos do trabalho, de benefícios tributários ou de legislação ambiental a não ser que fosse promovido um extraordinário retrocesso da legislação trabalhista e da legislação ambiental, para o que não há nenhuma possibilidade de apoio político na sociedade brasileira.

25. Não há dúvida de que os eventuais resultados das negociações entre Estados Unidos e União Européia e das negociações da TranspacificPartnership virão a afetar o Brasil. Porém, o fato inarredável de o Brasil não ter litoral no Oceano Pacífico torna extremamente difícil reivindicar sua participação nas negociações da TransPacific Partnership enquanto que não sendo o Brasil membro da União Européia (nem podendo ser por não estar situado naquele Continente) nem sendo parte dos Estados Unidos torna impossível participar das negociações entre a União Européia e os Estados Unidos, para o que, aliás, ninguém pensou em convidá-lo.

Um Acordo entre a União Européia e o Mercosul

26. Finalmente, a mídia, organizações empresariais e economistas defendem a negociação de um acordo entre a União Européia e o Mercosul como indispensável a uma melhor inserção do Brasil na economia internacional, o que, segundo esses advogados, permitiria a retomada de altas taxas de crescimento.

27. Seria interessante examinar as prováveis consequências de um acordo entre a União Européia e o Mercosul:

a. como a tarifa média para produtos industriais, cerca de 4%, na União Européia é muito mais baixa do que a tarifa média aplicada no Mercosul, que é de cerca de 12%, a União Européia teria no caso da eliminação recíproca da maior parte, digamos 90%, das tarifas muito maior vantagem do que o Brasil e o atual déficit brasileiro no comércio de produtos industriais com a Europa, que já é significativo e crônico, se agravaria ainda mais; o fato de o período de desgravação ser de quinze anos não afeta este argumento;

b. a redução e a eventual eliminação das tarifas de importação do Mercosul (inclusive do Brasil) não teria efeito positivo sobre o nível tecnológico atual da indústria instalada no Brasil pois, de forma geral, a importação de bens de capital já está livre de direitos quando não há similar nacional. As empresas produtoras de bens de capital, nacionais ou estrangeiras instaladas no Brasil, no caso de total liberalização do comércio sofreriam forte impacto e talvez desaparecessem;

c. como o nível tecnológico médio da indústria brasileira é inferior ao nível médio da indústria na União Européia, aquela não teria condições de concorrer nos mercados europeus nem nos mercados do próprio Mercosul com os produtos exportados pela indústria européia, agora livres de direitos aduaneiros;

- d. um dos estímulos para os investimentos diretos industriais europeus nos países do Mercosul, que é “saltar a barreira tarifária” para produzir e competir no mercado interno do bloco, deixaria de existir;
- e. em consequência, o fluxo de investimentos diretos estrangeiros para a indústria no Mercosul (principalmente para o Brasil e a Argentina) diminuiria, com efeitos negativos para o emprego e para o próprio equilíbrio do balanço de pagamentos;
- f. uma das consequências da eliminação de tarifas sobre as importações de produtos industriais europeus é que seria, possivelmente em muitos casos, melhor exportar para o mercado brasileiro do que continuar a produzir aqui e assim os investimentos produtivos hoje existentes poderiam regressar para seus países de origem ou não aumentar sua capacidade instalada no Mercosul;
- g. as regras relativas a investimentos estrangeiros, propriedade intelectual, comércio de serviços, compras governamentais, defesa comercial se tornariam ainda mais favoráveis às megaempresas multinacionais do que se tornaram em decorrência da Rodada Uruguai, concluída em 1994, que levou à criação da Organização Mundial do Comércio;
- h. a possibilidade dos Governos do Mercosul de implementarem, nacional ou regionalmente, políticas industriais, comerciais e tecnológicas se tornaria ainda menor, devido, como dizem os economistas, à redução ainda maior do policy space (espaço legal para a execução de políticas) em decorrência dos compromissos assumidos no eventual acordo;
- i. a possibilidade de implementar políticas nacionais e regionais preferenciais para as empresas instaladas nos países do Mercosul nos setores de serviços, compras governamentais e outros deixaria de existir;
- j. a eliminação das tarifas industriais decorrentes de um acordo União Européia/Mercosul eliminaria a preferência de que gozam hoje as empresas situadas no Mercosul em relação às empresas situadas fora do Mercosul e, portanto, para as empresas da União Européia, o Mercosul, cuja essência é a tarifa externa comum, deixaria de existir;
- k. a assinatura de um acordo de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul, ao privilegiar as empresas européias no comércio com o Mercosul (e com o Brasil) acarretaria imediatamente solicitações de nossos principais parceiros comerciais, isto é, a China, os Estados Unidos, o Japão para que negociássemos com eles acordos semelhantes, o que seria praticamente impossível de recusar;
- l. a tarifa externa comum, essência de uma união aduaneira, que já teria deixado de existir para as empresas da União Européia, deixaria de existir para os Estados Unidos, para o Japão, para a China e para outros países o que significaria o fim do Mercosul, como união aduaneira e como instrumento de desenvolvimento;
- m. a possibilidade de desenvolvimento industrial brasileiro a partir de empresas nacionais e estrangeiras instaladas no Brasil deixaria igualmente de existir;
- n. os efeitos sobre o emprego seriam significativos, com sérias consequências sociais para

países de elevado nível de urbanização, como a Argentina e o Brasil, já que o salário médio por trabalhador na indústria é várias vezes superior ao salário médio do trabalhador na agricultura e na mineração;

o. no que diz respeito ao comércio de produtos agrícolas, altamente regulamentado na União Européia, que considera a proteção à sua agricultura uma questão estratégica, o acordo não levaria a uma liberalização geral do comércio e do acesso dos produtos agrícolas do Mercosul (e brasileiros) aos mercados europeus;

p. a União Européia estaria disposta a conceder ao Mercosul tão somente quotas de importação, livres de direitos, para determinados produtos agrícolas, o que não significa necessariamente um aumento das receitas brasileiras (e dos outros países do Mercosul) com a exportação desses produtos;

q. segundo a informação disponível, o volume de cada uma dessas quotas oferecidas pela União Européia poderia ser, inclusive, inferior ao volume atualmente exportado pelos países do Mercosul;

r. esta oferta européia beneficiaria em princípio não o Estado brasileiro em termos de aumento das receitas de exportação pois não aumentariam os volumes exportados enquanto que os exportadores de produtos agrícolas se beneficiariam apenas na hipótese de serem mantidos os preços pagos pelos importadores.

28. A eventual assinatura de um acordo entre a União Européia e o Mercosul tornaria impossíveis negociações futuras para a ampliação das quotas de importação eventualmente concedidas pela Europa já que a União Européia já teria atingido, ao obter a eliminação de tarifas para 90% das posições tarifárias industriais, o seu objetivo estratégico que é a abertura do mercado brasileiro (e do Mercosul) para suas exportações, e ao mesmo tempo manter sua política agrícola protecionista e a sobrevivência de sua agricultura subsidiada e ineficiente.

29. O desenvolvimento econômico e social brasileiro depende do fortalecimento de seu setor industrial enquanto que a defesa dos interesses brasileiros, políticos e econômicos, na esfera internacional, cada vez mais competitiva e conflituosa, dependem do fortalecimento do Mercosul, etapa indispensável para a integração da América do Sul.

30. O eventual acordo União Européia/Mercosul será o início do fim do Mercosul e o fim da possibilidade de desenvolvimento autônomo e soberano brasileiro e do objetivo estratégico brasileiro de construir um bloco econômico e político na América do Sul, próspero, democrático e soberano.

CartaCapital

Economia

Entrevista - Vera Thorstensen

"Ficar atrelado ao Mercosul é afundar o Brasil"

Para Vera Thorstensen, da FGV, o Mercosul hoje é a prova da incompetência brasileira no comércio internacional

por **Carlos Drummond** — publicado 19/05/2014 05:14

As maiores apostas do Brasil no setor comercial são a Organização Mundial do Comércio e o Mercosul, mas a primeira é um foro ultrapassado para a ampliação do comércio internacional e o segundo não passa de um acordo para proteger montadoras multinacionais. Este é o diagnóstico de Vera Thorstensen, coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimento da FGV-SP sobre a posição internacional do Brasil. Nesta entrevista a **CartaCapital**, Thorstensen critica o que chama de "escândalo" do Mercosul, a proteção dada pelo bloco às multinacionais automobilísticas, as "maiores exportadoras de recursos daqui", e defende acordos comerciais com países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os da União Europeia. "Não adianta casar com pobre", diz ela.

CartaCapital: *A senhora vem de uma experiência na OMC.*

Vera Thorstensen: Estive por cinco anos no Centro para Estudos Europeus de Políticas Públicas, em Bruxelas, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington e fui assessora econômica da Missão do Brasil em Genebra de 1995 a 2010. Presidi o Comitê de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio. Criei um centro que está indo muito bem, com seis advogados e dois economistas, nas áreas de regulação de comércio externo. A OMC como instituição está muito bem. O mais importante é que tem o tribunal. E este tribunal atua nos painéis, que são disputas, interpreta regras e resolve conflitos. A OMC como rodada (de Doha) está mal, mas como instituição está lá funcionando.

O que eu faço aqui: regulação. Há também uma área fortíssima de modelagem. E depois tem uma área de câmbio. Outra área é a de acordos regionais. Trabalho tudo com sistema multilateral de comércio, os sistemas regionais — e aí você põe desde os tratados Transpacífico e Transatlântico (Transatlantic Trade and Investment Partnership — TTIP, entre Estados Unidos e União Europeia, e o Trans-Pacific Partnership — TPP entre Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã) —, os grandes parceiros (Índia, China, Brics) e depois o Brasil. Em tudo que examino, analiso o que está acontecendo nos grandes parceiros.

CC: *Qual a situação do Brasil em relação aos acordos comerciais?*

VT: Política de comércio externo no Brasil não existe, virou apêndice de uma política industrial inexistente. Você não pode separar política industrial da comercial; como não tem a primeira, a segunda virou um remendo. Sintomas de que as coisas não estão bem: uma exportação que está diminuindo, uma importação que está subindo. O que o Brasil exporta é puramente commodity para a China. Industrializados, o que conseguia exportar para o mundo não exporta mais, só para o Mercosul porque tem a preferência.

CC: *Com quais países o Brasil deve fazer acordo?*

VT: Com os grandes, não adianta casar com pobre. Ficar isolado é se afundar cada vez mais. Há o exemplo da Argentina. Para mim, ficar atrelado ao Mercosul é a morte, é afundar o Brasil de vez. Onde estão os problemas da indústria internamente? Falta de competitividade, excesso de impostos, de encargos trabalhistas em comparação com outros países, custos de energia dos mais altos, custos do atraso da infraestrutura. Como sai disso? Enterrar a cabeça no chão como a avestruz não resolve.

CC: *E os acordos?*

VT: Vamos ver o que está acontecendo com o mundo. Você tem 160 membros na OMC e a negociação parou. Por que? EUA e UE disseram: é muito complicado com 160 países e vamos fazer a "OMC Transatlântica". Estão criando o TTIP, que é uma OMC transatlântica. O que o americano faz? As regras que tem na OMC já estão ultrapassadas, porque desde 1994 não tem negociação. Eles tentaram fazer alguma coisa em Doha, já desistiram e estão



Pedro Presotto

Vera Thorstensen: para ela, o Brasil deve privilegiar acordos comerciais com nações desenvolvidas

jogando tudo na Transatlântica. Há necessidade de criar regras novas de investimento, meio ambiente, de concorrência, trabalhistas, economia e comércio digitais, é tudo novidade e não vai sair na OMC. Os EUA não conseguem fazer isso em Doha porque ela está muito mais preocupada com os países em desenvolvimento. Então chamaram a Comunidade Europeia para a definição de um novo patamar de comércio. E tem propriedade intelectual (querem passar para 90 anos) e aí o pessoal chia, quebra de patentes e a cláusula investidor Estado. Tudo isso.

CC: *Há impactos enormes para o Brasil.*

VT: Brutais. Propriedade intelectual é um tema sensível para a gente e outro é o problema da cláusula investidor-estado. Leva o investidor estrangeiro aqui no Brasil para julgamento contra o Estado. O investidor tem direito a ressarcimento porque você mudou uma lei. O americano inventou isso por causa do México.

CC: *É uma regra do Nafta...*

VT: Mas a Austrália já disse que no TTP ela não aceita isso. Você não fazer nada com medo disso, não aceito esse argumento. O Brasil é forte e grande o suficiente. Se a Austrália conseguiu, porque nós não conseguiríamos? Os dois grandes acordos mencionados estão mudando a geopolítica. Não contém só visão de comércio, há uma visão geopolítica também. O TTP é claramente Estados Unidos dizendo aos países para não ficarem amarrados à China. Eles produzem componentes, a China monta e exporta para o resto do mundo. Portanto a China foi fator para o TTP e o é para o TTIP, porque está tirando todo mercado de produtos industrializados da Europa nos Estados Unidos.

CC: *Assim como tira mercado do Brasil na Argentina...*

VT: Claro. Então você tem dois acordos novos que são importantes e estão estabelecendo as regras e o Brasil só está na OMC. Há uma proliferação dos acordos regionais e o Brasil está fora. O Mercosul está *shrinking*, diminuindo. Há um acordo que nem ratificou com a África do Sul e envolve 400 produtos, outro com a Índia envolvendo 460 produtos de cada lado. Desde quando países em desenvolvimento conseguem exportar uns para os outros? Não conseguem, porque produzem as mesmas coisas. Então é difícil conseguir algum resultado significativo, esse é que é o problema. O Chile faz com os Estados Unidos porque são muito complementares, os africanos fazem com a UE. Mas Brasil e Índia não sairão desses 460 produtos, o restante é sensível demais. Como é que fica?

CC: *Se bem que com o Mercosul funcionou bem depois da crise de 2008. O comércio do Brasil com o Mercosul caiu menos que com o resto do mundo.*

VT: Não exportamos mais para o resto do mundo. Depois de quatro anos iniciais de boom, que não devem ser considerados em nenhuma estatística como alguns fazem, acabou-se a alegria, a preferência zero valeu. O correto é analisar logo depois de 1994, quando estabilizou. As exportações de manufaturados brasileiros estão desabando no resto do mundo, só sobem na Argentina e alguém acha isso uma maravilha? Isso apenas prova que só conseguimos exportar para a Argentina e não temos competitividade para exportar para nenhum outro país. É isso o que está acontecendo. O Mercosul hoje é a prova da incompetência brasileira. É muito mais sério do que se imagina. Não temos competitividade para exportar para mais nenhum lugar. O Mercosul não agrega nada. A gente exportava um monte de componentes de automóvel para os EUA, parou de exportar tudo. Alguma coisa está errada. O segundo grande desafio hoje são as cadeias globais de valor. O mundo inteiro, o que faz? Importa e reexporta. A China é exemplo, todos os asiáticos, a Europa inteira. E nesse quesito, o Brasil está lá na rabeira.

CC: *Só tem uma empresa integradora, que é a Embraer.*

VT: Vamos nos integrar ou não? O problema é trazer tecnologia. Quem é que manda nas cadeias globais? São as transnacionais. No momento em que você se integra nessas cadeias consegue trazer alguma tecnologia. E o Brasil, com algumas exceções, está muito atrás em termos de inovação tecnológica.

CC: *Você tem tudo aqui, expertise de montadoras e autopeças.*

VT: O problema é o seguinte, esta é a decisão: você quer que o Brasil seja um país exportador de agrobusiness, que vai muito bem, obrigada? Se essa é a decisão do governo, então abre a tarifa para tudo e zera de uma vez para importar o resto.

CC: *O Brasil não é o Chile.*

VT: O Brasil não é o Chile, tem que ter indústria, tem que ter agrobusiness e tem que ter serviço.

CC: *E tem uma indústria.*

VT: Claro. E olha que eu posso lhe dizer com a autoridade de quem foi Cepalina [*referência à Comissão Econômica para a América Latina*] e trabalhou no Beflex [*programa brasileiro de incentivo à exportação*]. No tempo em que estava no CNPq, trabalhei na lei de informática. Temos que reconhecer que não deu, tentamos mas não deu. Analisemos a exportação do Mercosul. 50% é o que? É automóvel e autopeça. É uma vergonha, o Brasil é um tratado que está defendendo multinacional, os maiores lucros das multinacionais são mandados para fora. Elas arrancam tudo do governo, por causa do emprego, teoricamente. No fundo, são os maiores exportadores de recursos daqui. Entra no Mercosul para ver o que é: é um acordo setorial, em que se protege as

montadoras. Que são ineficientes, os carros brasileiros estão entre os mais caros do mundo, é um escândalo total. Você está defendendo um acordo de multinacional, primeiro. E segundo: o restante da pauta é máquina de lavar, linha branca. Porque não há competitividade para mais nada. Como dizer que o Mercosul é uma maravilha? E a China vai entrando, porque comprou uma quantidade imensa de títulos argentinos, e está enfiando muito dinheiro no petróleo em Vaca Muerta, a principal ocorrência de petróleo *shale* do país. Hoje o investimento chinês na Argentina é um dos maiores, 15 bilhões de dólares por ano.

Eu participei da criação do Mercosul, com o todo idealismo possível e imaginável, acreditávamos que era importante. Era em primeiro lugar uma questão de segurança, vamos parar de enterrar as nucleares todas. Funcionou no início, depois parou de funcionar. Pior ainda, o Mercosul está com problemas, há pouca competitividade, os argentinos perceberam a atratividade dos negócios com os chineses. Ficamos brigando com a Argentina, conseguimos fazer uma aliança com a Venezuela, mas perdemos a Colômbia, o Peru. O Chile tem 50 acordos, o México tem 50 acordos. O Brasil está isolado no Mercosul.

CC: *O Chile não é referência para nós.*

VT: Nunca foi.

CC: *Nem o México.*

VT: Mas já perdemos Colômbia, Peru. O conceito do Mercosul está ultrapassado, é preciso fazer um *aggiornamento* [uma atualização]. Achar que a prioridade do Brasil é a América do Sul, não dá. Olha a tragédia: você está com pouca competitividade, um monte de problemas, e esses países todos estão fazendo acordos. A China chegou ao Peru, está fazendo investimentos maciços lá. Na Colômbia, está construindo um outro “canal do Panamá”.

CC: *Concorrente do original?*

VT: Exatamente. O resultado é que a China vai pegar esses países que exportam os minérios que ela quer e fazer o que? Vai enfiar toda a produção por esses países. E aí chego ao meu outro tema, o câmbio. A China está há 20 anos com o câmbio hiperdesvalorizado. Então todos os instrumentos e regras jurídicas que a gente inventou não funcionam mais. Tem que refazer. Por quê? Todos esses países já entram no Brasil com tarifa nula. Então você está no pior dos mundos.

CC: *A China já tomou parte do mercado do Brasil na Argentina.*

VT: O último ponto é o que fazer. O Brasil está na situação de se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. A gente está vivendo isso. Quais são as opções no mundo? Abrir ou fechar. Fechar, aumentar tarifas, esse tipo de coisa, é ir na contramão.

CC: *Países desenvolvidos, no início, protegeram seus mercados.*

VT: A China em todas as fronteiras organizou zonas francas. Investimento estrangeiro e tecnologia foram para lá. O roteiro de exportação da China, o Brasil não fez, que é abrir toda a fronteira e condicionar o investimento estrangeiro à exportação e à transferência de tecnologia.

CC: *Que são as Zonas Econômicas Especiais*

VT: É isso aí.

CC: *Começaram com quatro, hoje são muitas.*

VT: E é economia de estado, em todas as províncias.

CC: *O governo controla toda moeda estrangeira.*

VT: Outra coisa, China não é economia de mercado, é uma economia híbrida. E nós, fazemos o quê? Ficamos só com a Argentina e afundamos junto? Ou abrimos à chinesa? A estratégia que eu defendo é fazer acordo, não com pobre, não adianta fazer acordo Sul-Sul, sinto muito. Porque acordo com a Índia não dá, a Índia não quer abrir, porque a gente exporta as mesmas coisas. Com a África do Sul, o acordo é ridículo, são pouquíssimos produtos. Fez com o Egito, maior, mas não ratificou. O Brasil não tem acordo nenhum, gente. Sul-Sul não funciona. E qual é o problema do Sul-Sul? É muito de dominação, o Brasil acha que vai dominar, você não consegue tecnologia. Temos que fazer um *aggiornamento* rapidíssimo de tecnologia. E como é que você faz isso? Casando com pobre? Não. Obrigar multinacional a vir para cá e trazer tecnologia? Não fai fazer. Então o que é que tem de fazer? Tem de abrir, via acordos e fazer o quê? Fazer acordos com países ricos. O acordo do Mercosul com a União Europeia é a coisa mais prioritária. Só que metade do governo quer, metade não quer, porque a UE não vai abrir para a nossa agricultura. Não vai abrir muito mais do que isso, e você tem de pensar que o que queremos não é só agricultura. Se não fizermos acordo com a UE, perderemos as cotas europeias, os EUA são mais poderosos e vão comer as nossas cotas de laranja, soja, carne. Aí estaremos no pior dos mundos.

Deram um chega pra lá e a proposta está aqui. Agora, o que está acontecendo é que o governo está dividido, tem gente que acha que não deve fazer, eu acho um erro não fazer. Porque você ainda consegue pegar a tecnologia alemã, tecnologia francesa, tem países que podem ajudar o processo. De quê?

De aumentar a produtividade e fazer o Brasil voltar a ter uma pauta exportadora mais decente. Caso contrário, vai exportar soja e minério de ferro, que é o que a China quer. Que incompetência política a nossa, de não conseguir exportar nada além do complexo de soja e do de minério de ferro. Eu acho isso uma grande incompetência, a gente não conseguir fazer isso com um grande parceiro.

CC: *Tem como concorrer?*

VT: Tem que chamar a China e dizer: exportar soja não, queremos exportar óleo. Há outro problema. Há lógica em fazer um acordo do Mercosul só com a União Europeia se esta faz um acordo transatlântico? EUA, Europa, estes dois estão casados. O mais importante para o comércio hoje não são as tarifas. Tarifa o câmbio come, a flutuação do câmbio é mais importante do que a tarifa. Essas tarifas de 10%, não valem nada. Estamos há 15 anos negociando, Brasil e UE, focando na briga por tarifa. Muito mais importante é barreira técnica e fitossanitária. Esta é a base dos grandes acordos e os Estados Unidos e a União Europeia estão se harmonizando nessa área. Já são 10 mil produtos na lista dos harmonizáveis. Acertam padrões de alguns produtos, por exemplo: a camisa não pode soltar tinta, etc. E em relação a outros, vão fazer equivalência no nível de proteção. E há os famosos reconhecimentos mútuos, que é a coisa mais importante. O europeu vai no instituto de lá, certifica que o produto foi bem feito e exporta sem ter de certificar nos EUA. São muitos milhares de dólares economizados.

CC: *Fale mais um pouco sobre esse ponto dos reconhecimentos mútuos.*

VT: Como é que você exporta um alimento pela primeira vez? É preciso provar que o seu suco de laranja não tem inseticida, adubo, químico. A carne brasileira não pode ser tratada com hormônio. Há especificações que equipamentos supersofisticados detectam. Hoje, a cada partida você tem que provar que aquele gado é são, que está dentro daquelas normas etc. Mas se há um acordo de reconhecimento mútuo, você vai aqui num laboratório conhecido teu, que já está reconhecido nos EUA e ele dá o certificado. Não tem que mandar toda a sua carga de tantas em tantas toneladas para aquele laboratório, o que demora, atrasa, fica parado no porto. Um inferno.

E tem toda parte de TBT. Você tem que pegar a mesa, o plástico e provar que não é cancerígeno. Quer dizer, se você, a cada partida, tem que provar, custa milhões para fazer isso. Toda parte que a gente chama de barreira técnica é isso, estabelecer e certificar que isso tem glúten, etc. Normalmente se faz a certificação aqui e tem de fazer lá também. São milhares e milhares de dólares gastos.

É mais complicado fazer tudo isso com os EUA porque os Estados têm autonomia. A Europa, não, a comunidade europeia é mais condensada. É difícil, mas eles vão fazer. Estão conseguindo trabalhar não por harmonização, mas por equivalência. Eu faço diferente, mas garanto que a sanidade é a mesma. Eles estão estabelecendo equivalências de controle. Com isso você tira de 10% a 15% do custo da exportação. A tarifa na média não chega a isso.

CC: *Isso entre eles.*

VT: Entre Europa e Estados Unidos. E nós estamos ainda no tempo do onça, negociando um acordo com a Comunidade Europeia baseado só em tarifas. O mundo mudou. Há duas coisas que destroem tarifa, barreira não tarifária, que é muito mais importante e câmbio.

CC: *No caso do Brasil, que tamanhos têm as barreiras não tarifárias e tarifas?*

VT: A média das tarifas brasileiras é de 10%, fora o pico de 35% para brinquedos e automóveis. Isso vai ter que baixar em 10 anos. Agora, o restante já está baixo. Você pode com a Comunidade Europeia tranquilamente fazer negociação, para alguns produtos dá já, em dois, três anos zero, e depois vai esticando, põe lá para alguns setores 15 anos; teoricamente o teto seria de 10 anos, mas você negocia.

CC: *A quanto equivalem as barreiras não tarifárias?*

VT: A redução de custo com diminuição de barreiras não tarifárias pode chegar a 20% ou até mais. No estudo Ecolys, sobre barreiras tarifárias, não tarifárias e alfandegárias, há setores em que a redução chega a 30%.